

**Jacqueline de Souza Alves da Silva**

---

**De:** Maxiley dos Reis Alves Rocha  
**Enviado em:** quarta-feira, 8 de junho de 2022 16:03  
**Para:** Jacqueline de Souza Alves da Silva  
**Assunto:** ENC: OF. 1288.DL.2022 - Requerimento nº 196.2022 - Dep. Marinor Brito.  
**Anexos:** OF. 1288.2022 - Requerimento 196.2022 - Marinor Brito.pdf

---

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviada em:** quarta-feira, 8 de junho de 2022 14:56  
**Para:** Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>  
**Assunto:** ENC: OF. 1288.DL.2022 - Requerimento nº 196.2022 - Dep. Marinor Brito.

---

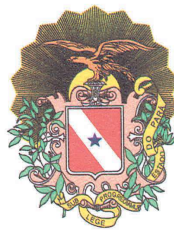
**De:** Departamento Legislativo ALEPA [<mailto:dl.alepa@hotmail.com>]  
**Enviada em:** quarta-feira, 8 de junho de 2022 08:43  
**Para:** Sen. Rodrigo Pacheco <[sen.rodrigopacheco@senado.leg.br](mailto:sen.rodrigopacheco@senado.leg.br)>  
**Assunto:** OF. 1288.DL.2022 - Requerimento nº 196.2022 - Dep. Marinor Brito.

De ordem do Deputado Francisco Melo (Chicão), Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, encaminhamos o Ofício nº 1288/DL-2022 que trata do Requerimento nº 196/2022 de autoria da Deputada Marinor Brito.

Aguardo confirmação de recebimento.

Atenciosamente,

Jarbas Porto  
Diretor do Departamento Legislativo



**Assembléia Legislativa  
Estado do Pará**

Of. Nº 1.288/DL-2022

Belém (PA), 30 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

**Assunto: Requerimento nº 196/2022.**

Senhor Presidente,

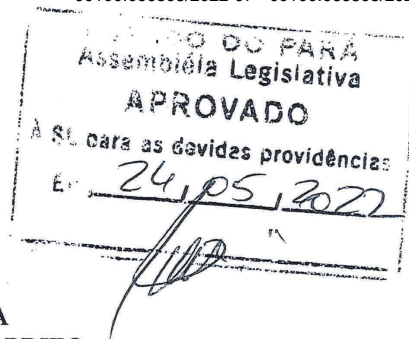
Encaminhamos a Vossa Excelência cópia anexa do REQUERIMENTO Nº 196/2022, de Votos de Protesto, de autoria da Deputada MARINOR BRITO, aprovado por este Poder Legislativo em Sessão Plenária realizada no dia 24 de maio de 2022.

Atenciosamente,

  
Deputado FRANCISCO MELO (CHICÃO)  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



ESTADO DO PARÁ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
MANDATO DEPUTADA MARINOR BRITO



REQUERIMENTO Nº 196 /2022

*Requer VOTOS DE PROTESTO com a indicação de rejeição da Medida Provisória 1.116 de 05 de maio de 2022, pois representa um verdadeiro desmonte na Aprendizagem Profissional no Brasil.*

Senhor Presidente,  
Senhoras Deputadas,  
Senhores Deputados,

Com fundamento no artigo 186, V do Regimento Interno desta Casa de Leis, **REQUEIRO**, que seja encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado e para bancada Paraense de Deputados Federais VOTO DE PROTESTO com a indicação de rejeição da Medida Provisória 1.116 de 05 de maio de 2022, pois representa um verdadeiro desmonte na Aprendizagem Profissional no Brasil.

O Estudo Técnico, formulado pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, ex-coordenadores de Fiscalização da Aprendizagem Profissional, aponta dados sobre os impactos negativos da MP 1.116/22 e do Decreto 11.061/22 para o instituto da Aprendizagem Profissional e para a atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho na fiscalização da Lei da Aprendizagem.

Segundo o citado estudo, caso a citada MP seja mantida pelo Congresso Nacional, representa a projeção de perdas 432 mil vagas de aprendizagem em todo país, o que corresponde a uma redução de 46% do total de vagas hoje existente no programa afetando adolescentes, jovens e pessoas com deficiência alcançados pelo programa jovem aprendiz. Conforme a Tabela abaixo:



**ESTADO DO PARÁ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**MANDATO DEPUTADA MARINOR BRITO**

Projeção da quantidade de vagas perdidas	Motivo da perda	Dispositivo que causa a perda de vagas
150 mil	Cômputo em dobro de aprendizes em situação de vulnerabilidade social.	Art. 429, §5 da MP 1.106/22 e art. 51-C do Decreto 11.061/22.
70 mil	Contagem fictícia de ex aprendiz para cota de aprendizagem.	Art. 429, §4 da MP 1.106/22 e art. 51-B do Decreto 11.061/22.
52 mil	Cálculo da cota por média aritmética.	Art. 51-A do Decreto 11.061/22.
160 mil	Aumento do prazo do contrato de 2 para 3 anos.	Art. 428, §3 da MP 1.106/22 e art. 45, §1º do Decreto 11.061/22.

Destaca-se que o estudo indica que a MP 1.116/22 abre a possibilidade de adesão por toda e qualquer empresa enquadrada na Lei da Aprendizagem, obtendo, com a adesão, diversos benefícios diretos como não obrigatoriedade de cumprimento imediato da cota de aprendizagem, anistia a multas por descumprimento de cota aplicadas antes da adesão, imunidade à fiscalização do trabalho, dentre outros.

Portant REPUDIADA e REJEITADA, pelo Congresso Nacional, por contrariar o princípio da proibição de retrocesso social na política pública voltada para proteção de direitos à educação e formação profissional de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência o que a torna materialmente inconstitucional.

Palácio da Cabanagem, Belém, 20 de maio de 2022.

**MARINOR**  
**JORGE**  
**BRITO:1161**  
**1642272**

Assinado de forma digital por  
MARINOR JORGE  
BRITO:11611642272  
Dados: 2022.05.20  
10:09:06 -03'00'

Deputada Estadual **MARINOR BRITO**  
Liderança do **PSOL/PA**